

O Verso e Reverso do Acesso à Água Como Direito Fundamental: Vilas Produtivas Rurais - São José de Piranhas –PB

The verse and Reverse of Access to Water as a Fundamental Right
Rural Productive Villages / São José de Piranhas –PB

Debora Bovo Arnaud¹
Angela Maria Cavalcanti Ramalho

RESUMO

Historicamente a problemática dos recursos hídricos no Nordeste brasileiro é uma questão fundamental para superação dos obstáculos que compromete o processo de desenvolvimento regional, mais especificamente a região semiárida apresenta situações difíceis com a ocorrência de um fenômeno climático cíclico a seca, temperaturas elevadas, altas taxas de evaporação, concentração populacional alta que geram pressões excessivas sobre os recursos hídricos. Por outro lado, a falta de gestão hídrica foi sempre a tônica da manutenção de um cenário crítico a cada seca, sendo fundamental investimentos em obras hídricas, elaboração de políticas públicas e ações implementadas na perspectiva de resolver o problema da escassez da água e acesso enquanto direito fundamental. Diante das questões circunscritas estudo o artigo tem o objetivo de analisar o acesso democrático à água como direito humano fundamental da população nas vilas produtivas rurais - São José de Piranhas – PB. A metodologia de pesquisa aplicada em função dos objetivos é de caráter exploratório e descritivo com abordagem analítica dos dados quanti-qualitativa, no locus social da pesquisa eixo norte do Projeto de Integração Rio São Francisco em São José de Piranhas – PB, população alvo foi os moradores das 4 Vilas Produtiva Rurais localizadas na cidade de São José de Piranhas com aplicação de entrevistas e questionários feitos um a um, de casa em casa nas Vilas. Como considerações assinala-se a satisfação dos moradores das Vilas e o acesso à água proveniente da transposição a qual os retirou do seu local de residência anterior.

PALAVRAS-CHAVE: democracia hídrica; acesso à água; PIRSF.

ABSTRACT

Historically, the problem of water resources in the Brazilian Northeast is a fundamental issue for overcoming the obstacles that compromise the regional development process, more specifically the semi-arid region presents difficult situations with the occurrence of a cyclical climatic phenomenon with drought, high temperatures, high rates of evaporation, high population concentration that generate excessive pressures on water resources. On the other hand, the lack of water management has always been the keynote of maintaining a critical scenario with each drought, being fundamental investments in water works, elaboration of public policies and actions implemented with a view to solving the problem of water scarcity and access while fundamental right. In view of the circumscribed issues of the study, the article aims to analyze the democratic access to water as a fundamental human right of the population in rural productive villages - São José de Piranhas - PB. The research methodology applied according to the objectives is exploratory and descriptive with an analytical approach of quantitative-qualitative data, in the social locus of the research north axis of the São Francisco River Integration Project in São José de Piranhas - PB, target population was the residents of the 4 Rural Productive Villages located in the city of São José de Piranhas with the application of interviews and questionnaires made one by one, from house to house in the Villages. As considerations, the satisfaction of the residents of the Vilas and the access to water from the transposition, which removed them from their previous place of residence, are highlighted.

KEYWORDS: water democracy; access to water; PIRSF.

1 INTRODUÇÃO

A água enquanto recurso natural e um elemento essencial à vida e a sobrevivência humana, faz parte dos direitos e garantias fundamentais, incluindo os direitos individuais e coletivos, os direitos políticos e os direitos sociais. Contudo, para que todos os cidadãos tenham plenamente todos esses direitos é fundamental o acesso à água potável de qualidade para toda e qualquer forma de vida no planeta.

Neste sentido, sistematiza-se, uma análise em torno do direito de acesso à água diante da problemática da escassez e a necessidade de inclusão social como forma de garantia a aspectos inerentes à dignidade da pessoa humana em seus plurais e diversificados sentidos, um bem público fundamental à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente sustentável. Neste sentido, é necessário o ideário de que o meio ambiente precisa ser assegurado e protegido pelas políticas ambientais, organismos sociais e instituições estatais, objetivando a preservação ambiental para as presentes e futuras gerações.

Na contemporaneidade um dos grandes desafios da população mundial e o acesso democrático à água potável de qualidade, havendo uma demanda por políticas públicas que permitam aos cidadãos um controle democrático sobre o acesso a água, através de mecanismos capazes de conferirem maior peso à conservação, através da gestão integrada de recursos hídricos conciliando os padrões de consumo de água com as necessidades e exigências dos diferentes consumidores.

A gestão integrada de recursos hídricos proporciona caminhos importantes para reformas mais amplas, considerando que cerca de três em cada 10 pessoas (2,1 bilhões) não têm acesso a água potável e disponível em casa e seis em cada 10, ou 4,5 bilhões, carecem de saneamento seguro, de acordo com novo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Evidencia-se que 2,6 milhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico, ou seja, 40% da população mundial. Em 28 de Julho de 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução A/RES/64/292 declarou a água limpa e segura e o saneamento como um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos.

As discussões tendo em vista o direito humano à água potável, sinalizam para uma revisão da literatura nas mais diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo que as decisões em torno o acesso à água demandam a definição de políticas, ações e um espaço deliberativo

democrático, com a participação dos cidadãos, permitindo a interface entre o poder público e a sociedade civil, de modo a alcançar a equidade, justiça social e principalmente objetivos e fins do Estado Democrático de Direito. Cabe ao poder público e aos cidadãos ter a precaução e resguardo dos recursos hídricos contra os efeitos poluidores, uso irracional, desperdício e, principalmente, a exploração comercial indevida da água, que tem se intensificado cada vez mais.

Vale ressaltar, que a escassez de água potável é um problema que se agrava a população globalmente, resultante do esgotamento das fontes, fatores naturais, crescimento populacional, desperdício do recurso natural, o que prejudica ainda mais a disponibilidade de água para o uso humano. Neste sentido, o presente demanda debruçar-se analiticamente sobre o direito fundamental de acesso à água potável e de qualidade, conferindo-lhe o contorno de integrante da rubrica dos direitos humanos.

Nesse mesmo foco de escassez da água, situa-se no semiárido da Paraíba, região caracterizada por um regime de precipitação irregular, o acesso à água sempre foi um problema recorrente e de difíceis soluções com especificidades para falta de políticas de planejamento e gestão da água. A aridez e a desigualdade social marca a vida de todos no sertão tão decantado nos traços culturais, o modo de vida e a organização da família.

Destarte, em consequência da instabilidade climática, os conflitos pelo acesso a água tendem a se ampliar, dificultando as condições socioeconômicas das populações mais pobres, o que se insere em uma discussão mais ampla e complexa que articula relações de poder e organização social. Diante de um cenário de inquietações, questionamentos e o verso que se instaura de escassez da água no semiárido nordestino, a construção do PISF se instaura como um reverso, no sentido de ser a redenção da população e garantir os usos prioritários da água, para uso e consumo humano e animal, no espaço urbano e rural e promover o desenvolvimento sustentável. Além de superar o estigma criado em torno da fome e miséria da população do semiárido

Desse modo, o estudo objetiva analisar de analisar o acesso democrático à água como direito humano fundamental da população nas vilas produtivas rurais - São José de Piranhas, do Projeto da Transposição do Rio São Francisco do eixo norte, na perspectiva de que o reconhecimento da água como um direito fundamental decorre do direito à vida, pois não existe vida sem água, em nenhum aspecto. A relação que existe entre o homem e a água antecede o Direito, pois é um elemento intrínseco à sua sobrevivência.

2 Água: Um Direito Fundamental a Dignidade Humana

Nos últimos anos o direito à água surge como um tema relevante nos debates sobre os direitos fundamentais e adquire importância ainda maior nos contextos em que a água é escassa e, às vezes, se constitui em fonte de disputas. Isso acontece em diversas regiões do mundo e no Semiárido brasileiro.

O direito humano à água é um direito de todos os humanos (bem como um direito de todos os seres vivos) e como esse direito será exercido pode variar em função de diversas condições como a disponibilidade para que o abastecimento de água a cada pessoa seja permanente e suficiente para os usos pessoais e domésticos.

A quantidade de água disponível para cada pessoa deve corresponder às diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS) mínimo de 110 litros de água por dia – essa medida supostamente seria suficiente para um indivíduo saciar a sede, cuidar apropriadamente da higiene e preparar os alimentos, não descartada a possibilidade de que alguns indivíduos necessitem de recursos de água adicionais por razões de saúde, condições de trabalho e do clima. A água deve ser de boa qualidade e salubre e não conter microrganismos ou substâncias químicas ou radioativas que ameacem a saúde humana. Finalmente, deve haver acessibilidade física e econômica à água, independente da condição financeira das pessoas. (ZORZI; TURATTI; MAZZARINO; 2016)

3 Materiais e métodos

A metodologia da pesquisa em função dos objetivos é de caráter exploratório e descritivo com abordagem analítica dos dados quanti-qualitativa, tendo como lócus social da pesquisa o eixo norte do Projeto de Integração Rio São Francisco na cidade de São José de Piranhas – PB, tendo em vista detectar nas Vilas Produtivas Rurais o acesso a água da população alvo.

O levantamento dos dados foi realizado através da pesquisa bibliográfica e documental além da pesquisa de campo. A Pesquisa documental foi realizada junto as principais instituições de gestão hídrica, Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do desenvolvimento regional, prefeitura e o sindicato dos trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, no sentido de analisar documentos pertinentes. Utilizou-se também como fonte de pesquisa documental nos principais sítios de pesquisa eletrônica de órgãos de proteção ambiental e hídrica. Além da identificação

legislação federal, estadual e local relativas à democracia hídrica no município. Verificou-se se a legislação estadual e local se encontram em consonância com as determinações da legislação federal e comparar a eficácia da legislação através da análise documental e aplicação das políticas públicas existentes (empírica).

A pesquisa de campo foi subdividida em duas etapas com visitas ao município São José de Piranhas – PB para observação sistemática do problema em foco e aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionários na zona urbana e rural com os atores sociais envolvidos: servidores municipais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações, representantes de instituições públicas, moradores das Vilas Produtivas do município, todos os entrevistados convidados a participar da pesquisa, deram livre consentimento para participar como informantes, suas opiniões, perspectivas e visão de mundo sendo eticamente respeitados. O levantamento de dados no referido estudo foi no sentido de se investigar o acesso a água nas VPRs, bem como a situação socioeconômica dos atores sociais e como a situação socioeconômica influenciam no acesso a água.

O recorte temporal da pesquisa corresponde a construção da análise de cenários, o primeiro entre os anos de 2004 (antes do reassentamento), o segundo a partir de 2016 (transferência dos atores sociais para Vilas Produtivas) e o cenário após a chegada das chuvas na região e a vida dos atores sociais nas VPRs no contexto atual (período da pesquisa realizada 2019). A análise dos dados qualitativa foi feita através da análise de conteúdo obtidos através das entrevistas e questionários aplicados com os atores sociais em estudo (os moradores das VPRs).

2.1 Lócus Social da Pesquisa

O município de São José de Piranhas - Paraíba, está localizado na microrregião de Cajazeiras. Conforme o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2017 sua população era estimada em 20.123 habitantes, no último censo de 2010 era 19.096, densidade demográfica em 2010 de 28,19 hab./km². A área territorial é de 677,305 km². Localiza-se a 503 km da capital e faz limites com Cajazeiras e Cachoeira dos Índios ao norte, carrapateira e Aguiar a Leste, Monte Horebe e Serra Grande ao Sul e Barro a Oeste.

Figura 1.

O abastecimento hídrico do município (recorte geográfico do estudo), em 2008 tinha um total de 4.393 economias abastecidas, sendo 3.850 ativas residenciais, com volume de

1.368m³ de água tratada. Esta água é proveniente do Açude São José 1, conhecido como Açude da CAGEPA (que sangrou em 18 de abril de 2018) e tem em seu território duas barragens: Barragens grandes construídas pelo Projeto da Transposição: Barragem de Morros e a Barragem Boa Vista, e o Rio Piranhas, Engenheiro Ávidos, que é o terceiro maior reservatório de água do Estado, com capacidade para 255 milhões de m³, Bom Jesus, Rio Corda, Rio Tamanduá, Riacho dos Patos e outros de menor porte. Na zona rural, o mais importante reservatório é o do Galante, localizado no sítio com o mesmo nome.

Historicamente o município foi o primeiro do Nordeste a ter sua sede transferida, em função da representação do Rio Piranhas, para a Construção de Engenheiro Ávidos. Importante registrar que o município ficaria submerso pelo grande volume de águas a ser represado e deveria mudar de local. O sítio Jatobá foi escolhido para ser a nova sede do município e em 1936, com o valor das indenizações pagas pelo Governo federal, começou a ser construída a nova sede do município de São José de Piranhas, ou seja, esta é a segunda vez que a população é reassentada em virtude de uma questão hídrica (LIMA, 2017).

O Município de São José de Piranhas foi contemplado com o PISF, considerando que está localizado as margens do Rio Piranhas- Açú, a região do Projeto encontra-se na área do nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, sendo que o Nordeste Setentrional (parte do Semiárido ao norte do rio São Francisco) é a área que mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.ⁱ

O Projeto de Integração do Rio São Francisco já entregou 18 Vilas Produtivas Rurais (VPRs) para 848 famílias nos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. No geral, as VPRs contam com casas de 60 m² (as VPRs de São José de Piranhas contam com casas de 3 quartos, diferentes das demais que tem casas- das outras Vilas - com 2 quartos), postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, além de rede de água, esgoto e energia elétrica.

Os moradores também recebem setores produtivos, com no mínimo cinco hectares por beneficiário, sendo um destinado à irrigação. Além das infraestruturas, as famílias contam com visitas periódicas dos técnicos do ministério e participam de capacitações e oficinas, com objetivo de garantir a reinserção e a organização socioeconômica das comunidades. As Vilas Produtivas Rurais fazem parte do Programa de Reassentamento de Populações, um dos 38 programas socioambientais do projeto. Assim, tendo em vista as análises e configurações

sistematizadas, vale dizer que as questões que foram estudadas partem de uma abordagem teórico-metodológica à luz de um construto sócio legislativo.

Resultados e discussões

Tendo em vista identificação do problema e constatação da premissa, além da análise e conhecimento da realidade social, foram realizadas visitas ao município de São José de Piranhas - PB, no início do mês de maio de 2018 e no mesmo período de 2019. Na oportunidade foram entrevistados o Presidente e a secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além dos presidentes das associações das VPRs. Observou-se as Produtivas Vilas Irapuá 1 e 2, Vila Cacaré e a Vila Quixeramobim. A partir dos dados coletados através de entrevistas realizada com os integrantes da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores, constatou-se que à cidade não foi contemplada com o programa água para todos do Governo Federal, porém conta com cisternas do programa 1 milhão de cisternas (P1MC – da ASA Brasilⁱⁱ, do programa Cisternas nas escolas (ASA Brasil- descrito abaixo), Operação Carro Pipa (PORTARIA INTERMINISTERIAL n° 01/MI/MD, 2012) e o Programa P1+2, Programa uma terra e duas águas (da ASA Brasil - descrito abaixo).

A operação carro pipa dispõe de carros credenciados na prefeitura do município com documentação e destinação para transporte da água potável. Os “pipeiros” (como são chamados os motoristas) cadastram 1 (uma) cisterna a cada 200m de distância. As cisternas localizadas no município em número de 1.025 (um mil e vinte e cinco), foram construídas pelo programa 1 milhão de cisternasⁱⁱⁱ e 27, das Construídas pelo programa Cisternas nas escolas^{iv}. O exército cadastra as famílias e disponibiliza 40l de água por dia por pessoa em cada cisterna, e colhe a assinatura da família responsável por ela (pela cisterna). Segundo informações do STR não há conhecimento de grandes conflitos por esta água no município e nem na Zona Rural, disso, presume-se, que, essa água tem sido bem aproveitada ou, os munícipes tem tido, provavelmente, acesso a outras fontes de água que não a do governo.

As comunidades rurais e os distritos do município de São José de Piranhas recebiam, na ocasião, água potável transportada pela Operação Carro-Pipa, empreendida pelo Exército Brasileiro, em parceria com o Município, captada do reservatório Coremas / Mãe D’água e do açude Piranhas, em Ibiara no Vale do Piancó.

De acordo com informações colhidas, os carros-pipa percorrem mais de 100

quilômetros para fazer a captação da água em Coremas e levar para o abastecimento de água nos distritos de Boa Vista, Piranhas Vela e Bom Jesus. Antes a captação de água pelos “pipeiros” era feita no açude da CAGEPA (São José – o que sangrou no mês de abril de 2018) que abastece a cidade, mas devido à redução do volume hídrico do manancial, na época, e temendo pela falta de chuvas, essa distância chegou a ser de até 165 km. Todos os pipas são usados para abastecer comunidades rurais. Quanto a prefeitura e as VPRs, os entrevistados informaram que ela não interfere no acesso, “não ajuda e nem atrapalha”, este acesso tem sido facilitado pelas associações e pelo STR.

O programa Cisternas nas Escolas consiste em uma ação que tem como objetivo proporcionar o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente que atenda às necessidades de alunos e professores das escolas da zona rural em localidades com dificuldades de acesso à água. A água captada deve suprir as necessidades da escola - beber e cozinhar - durante até 8 meses.

Quanto ao acondicionamento da água pelos moradores, ele é feito de várias maneiras, sem um padrão sanitário deixando a população vulnerável ao doenças causadas pelas arboviroses, os entrevistados afirmaram que os agentes de saúde distribuem o hipoclorito para o tratamento sendo a único a forma de tratamento da água. Diante de tantos problemas vividos pelo homem do semiárido, como solo rachado, reflexo da intensa escassez de água na região a PISF surge a esperança em dias melhores, sem água, essa região fica fadada ao subdesenvolvimento, restando poucas alternativas de desenvolvimento social e econômico da região.

A transposição do Rio São Francisco, que corta a Zona Rural da Cidade, trouxe diversos benefícios para a população rural, dentre eles a construção de VPRs (Vilas Produtivas Rurais), destinadas ao reassentamento da população que foi retirada de suas terras para que o canal passasse. Este reassentamento iniciou-se em fevereiro de 2016, e desde 2004 (início das obras da Transposição) até aquela data, os moradores que foram deslocados de suas casas recebiam uma renda de aproximadamente R\$ 1.300,00 e alugaram casas na cidade.

A VPR Quixeramobim, conta com 50 famílias é a Vila mais distante da rodovia encontra-se a um caminho precário de barro que foi percorrido pela pesquisadora em 20 minutos e encontra-se a 4 km de barragem, levando-se em conta a distância da Vila até o ponto mais próximo da água e não da Vila até a parede. As Vilas têm número de moradores diferenciados, de acordo com o espaço que foi conseguido com a desapropriação dos terrenos e não está

coerente com o projeto inicial do Ministério da Integração, conforme informações colhidas junto ao STR). A Vila Cacaré, localizada a 500m da barragem e as margens da rodovia PB 366 ainda não teve sua documentação regulamentada e a grande maioria de seus moradores depende exclusivamente da ajuda de custo que recebe do Governo Federal no valor de 1 salário-mínimo. Conta com 136 famílias e aproximadamente.

As Vilas contam com adutoras que promovem o acesso a água de seus moradores, esta água serve apenas para a subsistência, não sendo suficiente para utilizar as culturas de subsistência e criação de animais domésticos em seus lotes. O Governo através do Ministério da Integração informou que cada dono de lote iria receber um kit irrigação, (não souberam nomear o que estaria contido neste kit,) benefício não concretizado, acredita-se que os itens deste kit dependerão do local em que está localizado o terreno e do que necessitará para a irrigação. Esta adutora é a única fonte de acesso a água das Vilas pois, um dos critérios para o Governo Federal contemplar uma residência com projetos sociais, é a ausência da água encanada, o que não ocorre nas vilas. Outra questão importante observada foi a inquietude da maioria dos moradores, primeiro pela perda do espaço que abandonado marcado uma história de vida desde os antepassados.

Em regiões como o interior do Nordeste, realocar comunidades é impactante, também, pelo fato de romperem laços de parentesco, compadrio e vizinhança formados no cotidiano. O empreendimento provocou a ruptura dessas relações, que eram uma importante base para enfrentar as condições precárias de vida. Tendo em vista os fatos mencionados e os impactos que já eram previamente esperados com a efetivação do PISF, a conduta adequada com relação aos moradores atingidos pela integração, deveria ter sido a imediata realocação destes em suas novas propriedades rurais, contudo isto não aconteceu e quando aconteceu foi de maneira precária.

Conforme conversa com um dos representantes dos moradores da Vila Irapuá 1, foi informado que para se fazer a irrigação dos terrenos de cada lote (que tem 50 m de frende por 100 de fundo) gastar-se-ia um valor que hoje, praticando uma agricultura de subsistência e com a renda de um salário-mínimo que o Ministério Da integração disponibiliza, a maioria do moradores não teria condição de bancar. Entre recurso humano, produtos químicos para tratamento da água e estrutura física, calcula-se que em uma vila de 30 casas, cada “condômino” teria que arcar com aproximadamente R\$100,00 por mês (informações obtidas com integrante da diretoria da associação da Vila Irapuá 1). Disto já podemos presumir que o Direito Humano

de acesso a água já se encontra prejudicado.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DAS VILAS

Foram entrevistados 30 moradores das 4 VPRs no mês de maio de 2019, sendo feita uma visita as Vilas com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São José de Piranhas. Esta visita teve a companhia do presidente da associação de moradores da Vila Irapuá 1 e visitou-se além de, todos os presidentes destas Vilas, mais 26 casas de moradores, adentrando em cada casa e conversando com cada morador. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - São José de Piranhas é 0,591, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,755, seguida de Renda, com índice de 0,594, e de Educação, com índice de 0,461.

A primeira pergunta do questionário, tratava-se da escolaridade do chefe da família. Verificou-se que mais da metade tinha apenas o fundamental incompleto e afirmou que apenas sabia ler e escrever. Ou seja, 54% talvez não tenha condições de parar para se capacitar para exercer um outro tipo de ocupação que não seja a agricultura. Todas as crianças em idade estão matriculadas na Escola. Apenas 3% tem pós graduação.

O nível de escolaridade da população, em regra, se reflete em fatores como pesquisa científica, inovação, e que, por sua vez, garantem um setor industrial e processos mais eficientes e automatizados. Neste cenário, o caráter empreendedor da população também aparece, por meio da abertura de novas empresas e da geração de oportunidades e de renda. No caso das Vilas, indica ainda mais, indica a possibilidade de mudança de emprego.

Em consonância com esta escolaridade, verificou-se também que mais de 40% têm como profissão agricultor, e com isso a pouca possibilidade de encontrar outra ocupação. Apenas 2 entrevistados exerciam sua ocupação fora do campo, um professor e outro Frentista de Túnel, que é empregado na obra da transposição. Vemos neste gráfico que 43% declaram-se agricultor, 24% declara-se aposentado e agricultor. Apenas 9% da população abordada está desocupada (aposentado), a grande maioria dos aposentados da Vila, continua em idade economicamente ativa, permanece trabalhando na agricultura de subsistência. Uma das críticas ao sistema implantado é a demora em entregar o lote que pode ser agricultado. Os moradores que permanecem sendo agricultores, fazem sua plantação no quintal de casa ou faz “bico” nos

sítios ao redor das Vilas.

Verificou-se que em mais da metade das famílias, apenas o chefe da família trabalha no campo. Em muitas famílias, o chefe da família, devido a demora em voltar a exercer novamente a profissão de agricultor, já se aposentou e apenas cultiva algumas coisas no quintal de casa pois não se considera “mais tão bruto pra a roça” (palavras de um entrevistado). Apenas 20% das residências entrevistadas tem 1 (um) membro da família trabalhando na cidade, os demais todos no campo. Em algumas famílias, onde não há crianças, ambos os cônjuges conseguem sair para fazer algum serviço na agricultura, em outras, as esposas ficam cuidando dos filhos pequenos. Existem algumas famílias que encontraram alguma maneira de realizar comércio dentro das Vilas, com comercio de alguns itens que só seria possível o acesso em uma ida a cidade, inclusive combustível.

Existe a necessidade de trabalhar fora da Vila, tendo em vista a falta de oportunidade na própria VPR. Algumas famílias desejam ganhar algo a mais que a VMT e para isto, como a agricultura não está proporcionando nenhum valor considerável, seus membros deslocam-se para buscar emprego na cidade. Alguns moradores que têm mais escolaridade alegaram estar fazendo concurso público para a prefeitura municipal. Um está no cadastro de reserva deste órgão. Outro morador já é funcionário público, professor na escola que atende as Vilas.

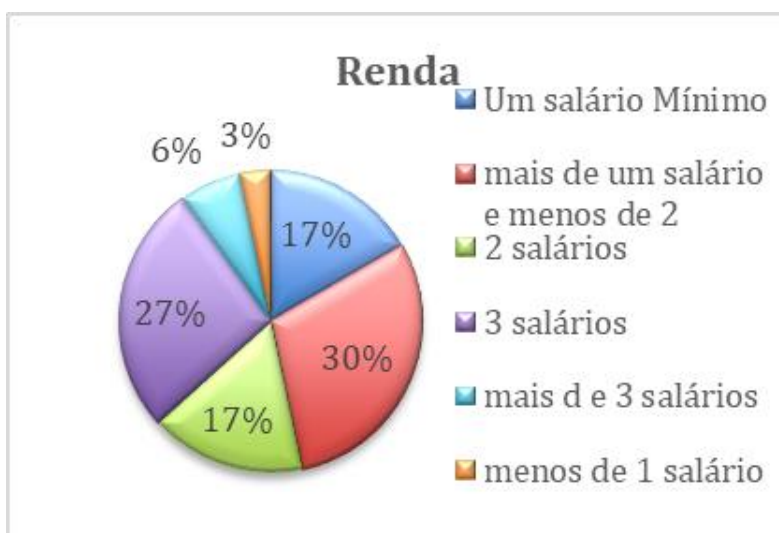


Figura 1 Renda dos moradores das VPRs

A renda per capita média de São José de Piranhas cresceu 244,88% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 93,23, em 1991, para R\$ 161,99, em 2000, e para R\$ 321,53, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 6,73%. A taxa média anual de crescimento foi de 6,33%, entre 1991 e 2000, e 7,10%, entre 2000 e 2010. A proporção

de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 84,04%, em 1991, para 61,68%, em 2000, e para 32,25%, em 2010.

Já nas vilas, apenas 3% tem uma renda de menos de um salário mínimo, pois divide a VMT com uma irmã, pois receberam o direito por herança. A maioria recebe em torno de 1 ou dois salários mínimos, pois todos recebem a VMT e alguns recebem aposentadoria, outros ainda desenvolvem alguma atividade como “bico” prestando um serviço ou vendendo algum produto.

A renda dos moradores gira em torno do “aluguel”, que é a VMT, alguns são aposentados, e em outros casos, mulheres são aposentadas e pensionistas (viúvas), o que faz com que elas tenham uma renda mais elevada (3 salários), sua casa mais organizada, em regra já não tem filhos pequenos e moram sozinhas. Apenas uma família recebe menos de um salário, pois esta família recebeu a casa por herança e teve que dividir a VMT com outros herdeiros. Outra família tem uma renda de mais de 3 salários mínimos pois é composta por funcionários da prefeitura. Tendo em vista a faixa de renda da população do município, verificamos que a situação dos moradores da vila, com relação a renda, é privilegiada. A grande maioria tem pelo menos um salário mínimo de renda (a VMT) e não necessita pagar aluguel.

Com este comentário, não deseja-se dizer que a situação de renda é a melhor possível, mas sim, que diante de outras pesquisas, a população da VPR está privilegiada. A melhor situação seria a de que todos os moradores pudessem cultivar a sua terra e vender seus produtos hortifrutigranjeiros, sendo assim, independentes de qualquer ajuda assistencial governamental, gerando renda para si, talvez para outrem e contribuindo para a economia do município diretamente. Neste gráfico, verificamos que 100% da população depende da VMT. Apenas uma pessoa entrevistada trabalha na iniciativa privada (frentista de túnel). Ou seja, quase que a totalidade da população entrevistada, depende, quase que exclusivamente da renda do governo (Aposentadoria, VMT, salário de funcionalismo público ou ainda pensão), que são rendas que vem diretamente do setor governamental. Os moradores da Vila que ainda exercem a agricultura, alegaram que a renda é muito pequena.



Figura 2 - Tempo que mora na VPR Fonte: Arnaud, 2019

Apenas duas famílias entrevistadas não residem desde a fundação das vilas, estas duas famílias receberam as casas por herança.



Figura 3 A VPR atendeu suas expectativas – Fonte : Arnaud 2019

As pessoas que emitiram opinião negativa com relação a VPR, normalmente eram proprietárias dos seus lotes, ou passaram por traumas quando chegaram nas vilas.

Uma por exemplo, o marido tornou-se alcoólatra ao chegar na Vila, outra, estranhou o fato da fossa séptica ser muito perto da casa, visto que, na outra propriedade em que morava anteriormente, ela não era tão próxima. Outro motivo é que agora falta água e antes não faltava (em algumas vilas, por questão de gestão, as adutoras ainda estão com problemas e em outra a bomba foi roubada). Uma jovem senhora também disse que foi para a Vila porque o marido recebeu de herança e moravam no Maranhão na Zona Urbana e vendo a oportunidade de livrar-se do aluguel, foram, no entanto, ela não gostava. A maneira de indenização utilizada pelo ministério foi da seguinte maneira: quem tivesse uma propriedade avaliada em mais de 30 mil reais, receberia uma indenização em dinheiro. Tendo em vista que hoje, não há como saber se o morador da Vila era posseiro, proprietário ou morador, alguns que eram proprietários

mostraram desconforto com a aparência de ter “ganhado” algo do governo, pois eles trocaram sua propriedade e não ‘ganharam”, como os posseiros e moradores.

Dos entrevistados, apenas dois receberam a casa por herança, os demais todos foram indenizados devido a transposição. Todas as residências possuem água encanada e caixa d’água, pois todas foram construídas igualmente. A única coisa que varia é a forma de abastecimento de água.



Figura 4: Origem da água – Fonte: ARNAUD, 2019

Para economizar, duas casas utilizam água de um poço artesiano perfurado em seu quintal, e alguns moradores estão se organizando para conseguir a perfuração também em seus quintais. Devido ao fato de a grande maioria, em sua antiga residência, nunca ter precisado pagar pela água utilizada, eles ainda reclamam do fato de pagar e do valor da água. O que talvez seja uma incongruência no sistema, essas pessoas foram retiradas de seu local de origem para que se passasse um canal de transposição de água e elas mesmas consideram alto o valor cobrado por esta água a ponto de não querer utilizá-la. Algumas famílias usam mais de uma maneira e uma família tem um poço artesiano em casa. Outra família usa água mineral.

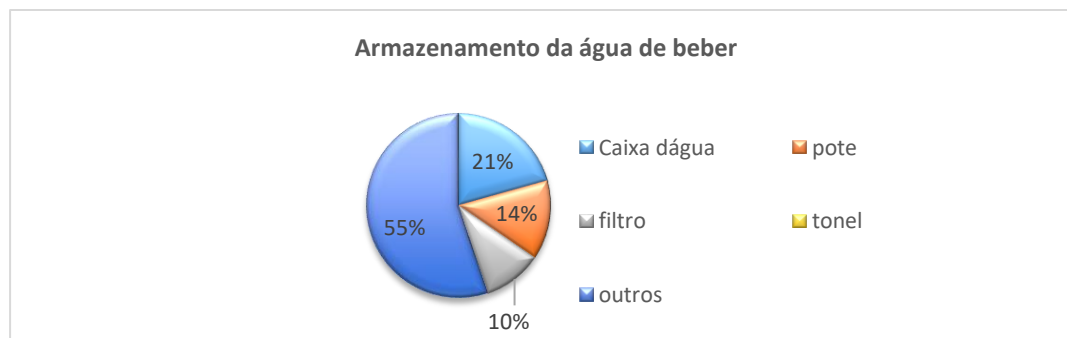


Figura 5: Armazenamento da água de beber – FONTE: ARNAUD, 2019

Algumas famílias usam mais de um método, outras famílias consideram que o fato de a Vila Cacaré possuir uma ETA, sua água não precisa de tratamento, outras tratam mesmo

assim. Algumas usam o pote dormido. CADA Vila utiliza a água da barragem a uma quantidade de tempo diferente: a Vila Cacaré utiliza há 2 e 2 meses, Quixeramobim, 3 meses, Irapuá 1, 18 meses, Irapuá 2, 18 meses. A Vila Quixeramobim utilizou a água de outro açude no início, depois passaram 3 meses utilizando a água da barragem até que se furtasse as bombas da adutora e agora utilizam carro pipa.

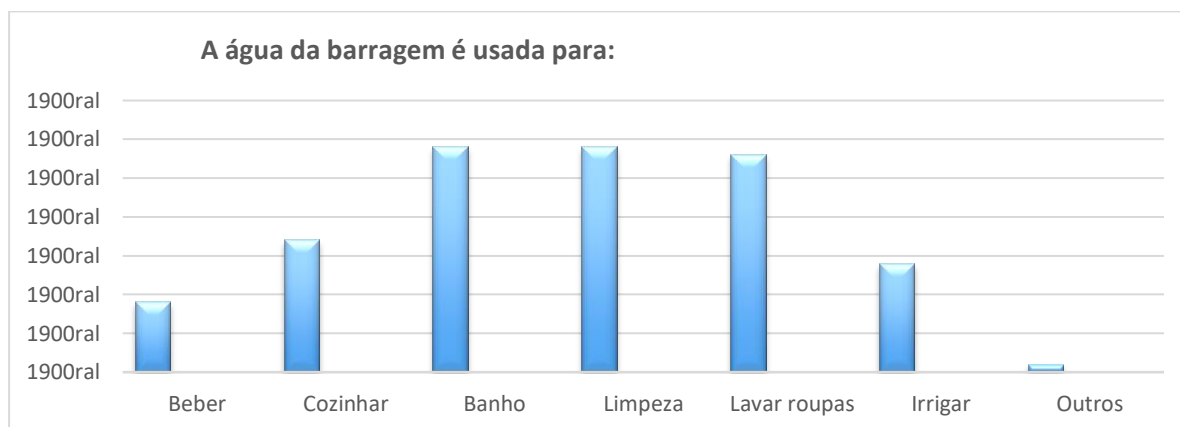


Figura 6: Uso da água da Barragem – Fonte: Arnaud, 2019

Uma entrevistada usa água do açude para lavar roupas com o intuito de economizar. Outra, tem poço artesiano em casa. A grande maioria considera a água da barragem de boa qualidade (exceto para beber sem tratamento), e utilizam para a maioria das atividades em casa. Perguntados acerca da diferença sobre cacimba e cacimbão, afirmaram que a cacimba é menor e mais difícil de extrair água, pois, ela “demora mais a encher”.

Sobre a administração da adutora:

1. Vila Cacaré: Tem um contador de água em cada casa, existe um taxa para sócio da associação e para não sócio. Cada família tem direito a 15 mil litros.
2. Vila Quixeramobim: Usaram por 3 meses, antes eles usavam a água de outro açude, furtaram as bombas há 8 meses, agora estão usando carro pipa.
3. Vila Irapuá I: via a associação apenas quando quebra ou para a manutenção. Uso contínuo.
4. Vila Irapuá II: Via associação; uso contínuo, apenas quando quebra para manutenção.

Verificou-se que todas as casas possuem os utensílios básicos de cozinha e todas as que tem fogão improvisado ou fogão a gás afirmaram que usam para economizar devido ao aumento do gás de cozinha.

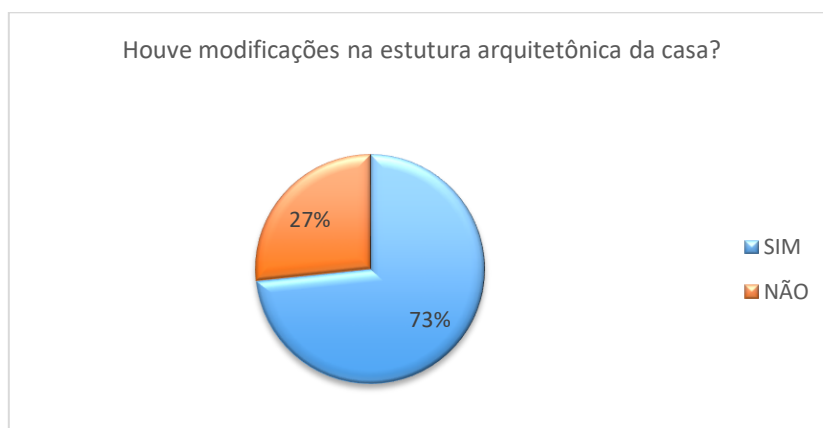


Figura 7: Modificações na casa – ARNAUD, 2019

As famílias que não modificaram a estrutura arquitetônica da casa, aparentemente, não o fizeram apenas por questões financeiras. Uma reclamação constante nas casas é que os moradores não gostaram do piso original e que a cozinha era muito pequena, o que fez com que a grande maioria aumentasse a cozinha ou fizesse uma área de serviço. Todos armazenam a água de higiene pessoal na caixa d'água, no entanto duas das 30 residências visitadas, utilizam água de poço.

Com Relação a administração da adutora, a Vila Cacaré tem um contador de água em cada casa. Existe um valor corado para cada sócio da associação e outro para não sócio e a da família tem direito a 15 mil litros de água por mês. Na Vila Quixeramobim, usaram a água por 3 meses, quando furtaram as bombas da adutora (há 8 meses), agora estão usando carro pipa. Nas Vilas Irapuá I e II, o uso foi contínuo, via associação, interrompe o uso apenas quando quebra ou tem manutenção.

Quanto a Limpeza, nas Vilas em que a adutora está em funcionamento, ou seja, a Cacaré paga uma pessoa da própria Vila para limpar. Nas outras duas, fazem mutirão. Sessenta e sete por cento da população entrevistada atestou boa qualidade da água da barragem e apenas 8% afirmou não utilizar e portanto, não saber responder.

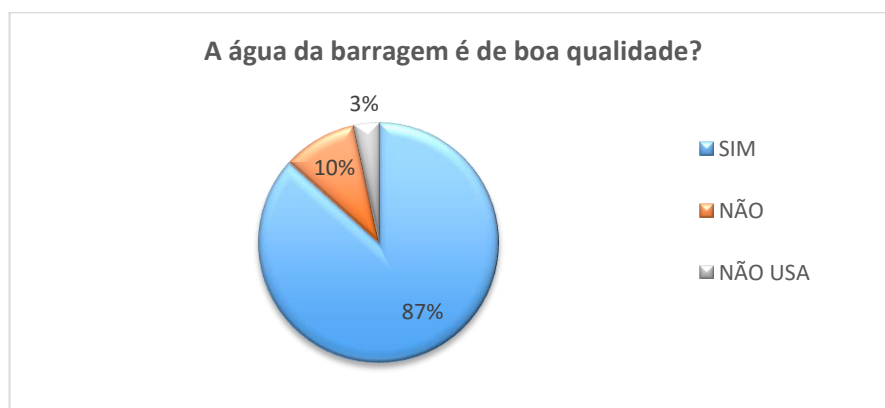


Figura 8 Qualidade da água da barragem – FONTE; ARNAUD 2019

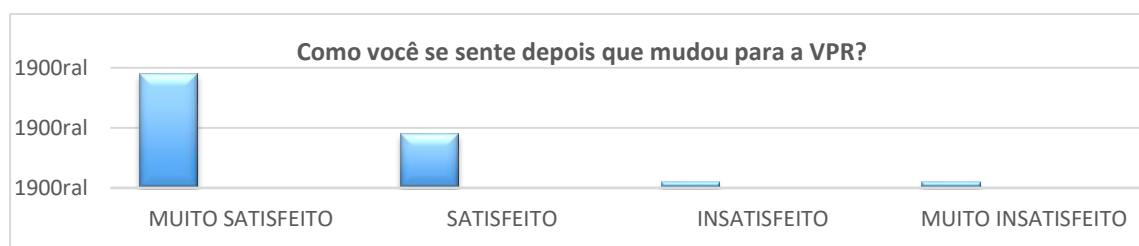


Figura 9: Satisfação com a VPR, FONTE: ARNAUD, 2019

Apenas 10% das pessoas entrevistadas que alegaram que a adutora não melhorou sua vida, justificara que o fato de que agora precisam pagar pela água e que antes (quando era carro pipa) a água era gratuita.

Como falado anteriormente o nível de satisfação percebe-se também pelo fato de a maioria entrevistada, antes de ser reassentado, ser morador ou possuidor e não possuir casa própria. Outros, uma minoria, sente falta do ambiente anterior. Uma senhora justificou o fato de ter perdido muitos entes queridos desde que chegou a vila e outra o fato de o marido ter se tornado alcoólatra.

A entrevista mostrou que os entrevistados valorizam e o que eles têm acesso. Os três itens mais valorizados são: família, trabalho e educação. Poucos valorizaram o lazer.

O que se verificou nas entrevistas é que os familiares que foram reassentados, todos, tiveram preferência em escolher as residências próximas umas das outras. Todas as crianças em idade escolar frequentam a escola do município que atende as Vilas. Os entrevistados informaram que mesmo em algumas vilas não havendo praças e em outras a praça estar sucateada, há bastante integração social. Eles também têm acesso a internet sem fio, frequentam uma Igreja Católica perto das Vilas dominicalmente, e em algumas Vilas há a presença da Igreja evangélica por meio de pastores que fazem cultos em suas casas. Nas vilas maiores, os

moradores estão se organizando para construir uma pequena capela. Todos frequentam a UBSF e reclamam da falta de segurança nas Vilas. Que a polícia não é muito frequente. A grande maioria alega não ter diarreia frequente na família, o que indica um bom tratamento da água.

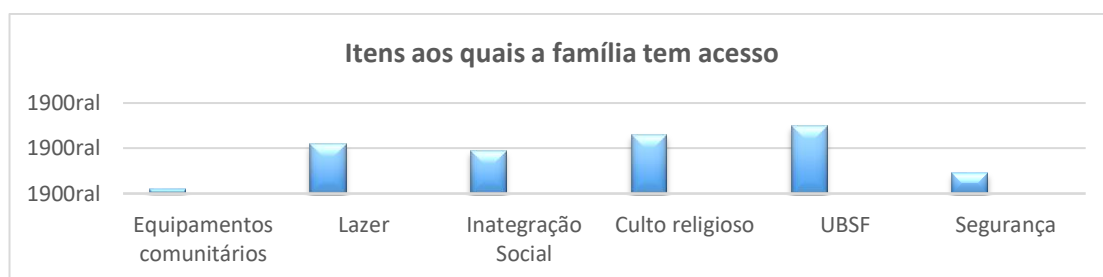


Figura 10: Equipamentos aos quais as famílias têm acesso. FONTE: ARNAUD, 2019

Outra pergunta foi a frequência de acesso a cidade. As pessoas que vão uma vez por mês, em regra, são aquelas que vão apenas buscar a VMT, e as que vão 2x são as que vão buscar a VMT e a aposentadoria. Percebeu-se assim com esta pesquisa que os moradores, em sua maioria, a despeito de todas as promessas que ainda não se cumpriram e dos objetivos que ainda não foram alcançados, sente-se satisfeitos com a mudança, inclusive muitos idosos que, esperava-se que sentissem falta da sua residência anterior, demonstravam felicidade em receber sua casa própria.

5 Considerações Finais

As questões relacionadas ao acesso democrático à água como direito humano fundamental, enquanto fator desencadeador de tensões e conflitos são recorrentes diversos segmentos da sociedade global. A complexidade dos embates sinaliza para desafios tanto para a implementação de um processo de gestão e distribuição equitativa da água, como também para a democratização da água, tendo em vista a construção da “cidadania substantiva”, de modo a fortalecer uma política de gestão hídrica includente e principalmente sustentável.

Em observância recorte do semiárido Nordeste, que traz um emblema marcado pela escassez de água, a baixa pluviosidade e irregularidade das chuvas da região, estrutura geológica que não permite acumular água no subsolo. Além das questões geográficas, tem-se as interferências políticas na região semiárida, que mesmo com implementação do “Projeto de Transposição”, há uma dificuldade de acesso à água das famílias que vivem em nichos de vulnerabilidade social e ambiental e sofrem com a escassez, tendo como maiores beneficiários os grandes empreendimentos agrícolas e indústrias que estão chegando. Por outro lado, é preciso

apresentar o reverso de que o desenvolvimento social do semiárido é possível, pois quando há democratização da infraestrutura do acesso à água os agricultores transformam seus espaços em oásis.

Portanto, o centro da discussão do estudo reside no acesso à água enquanto recurso natural, que se escala recorrentemente na pauta das discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento social e econômico. Trata-se de um bem de uso comum, essencial à redução da pobreza e a qualidade de vida, como também para o desenvolvimento sustentável.

O acesso à água pela integração do rio São Francisco tem dois lados. O que nós vemos na maioria dos meios midiáticos são os benefícios para o nordeste setentrional e o perímetro das secas. De fato, é inegável que o escopo do Projeto com a democratização do acesso à água por todo o território retromencionado é, obviamente necessário. No entanto, existe uma população “invisível”, que foi afetada pela transposição, que não tem voz e sequer é lembrada. Estes são os moradores das Vilas. Hoje ela encontra-se completamente dependente do Estado, subjugada a depender de uma renda que não se sabe até quando vai permanecer, no entanto, em sua grande maioria, feliz pois hoje recebem um salário-mínimo e tem uma casa própria. São pessoas, em sua maioria, humildes e com pouca instrução. Sim, elas foram retiradas do seu ambiente original, mas anda não sentem o impacto do que poderia se chamar perda dos seus afetos.

Provavelmente, muitos tinham uma vida muito pobre e talvez abaixo até da linha da pobreza. Efetivamente eles tiveram uma melhora na qualidade de vida e reconhecem isto, mas também reconhecem que não tem mais a possibilidade de construir sua própria renda ou sequer aumentá-la. O PISF lhes retirou a possibilidade de produzir para o país e sentir-se produtivos. Os pais já não têm mais como passar o conhecimento empírico sobre agricultura para seus filhos e os agricultores estão envelhecendo. O que está ocorrendo é uma desvalorização do pequeno agricultor e da agricultura familiar, setor este tão importante para o nosso país.

Referências

ALBUQUERQUE, A. D., GONÇALVES, C. D. B., SOUSA, C. M., **Desafios e perspectivas da implantação do projeto de integração do rio São Francisco no semiárido paraibano sob a ótica da justiça ambiental**, Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.14. No 2(2013)

ANA- PNUMA, **GEO Brasil Recursos Hídricos Componente da Série de Relatórios sobre o Estado e Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil**, 2007

Atlas do desenvolvimento humano do Brasil – Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/>

CASTRO, J. E. **Água e democracia na América Latina**, SciELO - EDUEPB - 2016)

CASTRO, J. E. **Governança da água no século XXI**. *Ambient. soc.* [online]. 2007, vol.10, n.2, pp.97-118. ISSN 1414-753X.

CASTRO, J. E. **A normatização da prestação dos serviços de água e esgoto, a experiência de Inglaterra e Gales**. In: *Água e democracia na América Latina* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 160-201.

COSTA, J.D. **Direito humano à água**, CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: Autonomia e Protagonismo Social, P137, parceria REDEgenteSAN/Faurgs/Iabs

LIMA, M. F., **São José de Piranhas, datas e notas**. São José de Piranhas: Editora Real, 2017.

MONTEIRO, L. D., MOTA, et. al, **Determinantes sociais da hanseníase em um estado hiperendêmico da região Norte do Brasil**, *Rev Saude Publica*. 2017;51:70

SOUSA, M. F. O., **As marcas da transposição do rio São Francisco: negociações e tensões em torno da desapropriação de áreas no município de São José de piranhas- PB**, congresso nacional da diversidade do semiárido

SILVA, S. S.F. et al. **Reúso de água e construção de cenários futuros: perspectivas e desafios para regiões semiáridas**, *Polêmi.ca*, v. 18, n. 2, p. 72-86, abril, maio e junho 2018

PNUD - **Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados, Relatório do Desenvolvimento Humano 2006**, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA

RIMA - **Relatório de Impacto Ambiental** - Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2004.

GARCIA, Maria de Oliveira. Formación, actividades y perspectivas de las profesionales en nutrición. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRICIONISTAS, 3.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE NUTRICIONISTAS, 1., 1965, Rio de Janeiro. **Anais do...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Nutricionistas, 1968. p. 283-292.

ⁱ Relatório de Impacto Ambiental - Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2004.

ⁱⁱ é a implementação da cisterna de placa de cimento de 16 mil litros. Uma construção de baixo custo, feita de

placas de cimento pré-moldadas e construídas ao lado das casas por pessoas da própria comunidade capacitadas nos cursos de pedreiros/as oferecidos pelo PIMC. A cisterna tem o formato cilíndrico, é coberta e fica semienterrada. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva aproveitando o telhado da casa, que escoam a água através de calhas. Trata-se de uma tecnologia simples, adaptada à região semiárida e de fácil replicação. (ASA Brasil)

iii Material cedido pelo setor de assistência social do STR de Aparecida

iv Material cedido pelo setor de assistência social do STR de Aparecida

v ou cidadania real, é ligada ao exercício dos direitos civis, sociais e políticos.